

PROCEDIMENTOS DE LEITURA: ANÁLISE DA PRESENÇA DOS DESCRITORES QUE COMPÕEM O TÓPICO I DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO LIVRO DIDÁTICO

Naiana Souza de Almeida –

Pós-crítica/Universidade do Estado da Bahia-UNEB- nai.sza@hotmail.com

Dra. Maria de Fátima Berenice Cruz –

Pós-crítica/Universidade do Estado da Bahia-UNEB-fatimaberenice@terra.com.br

Para iniciar a exposição desta pesquisa, é importante sinalizar que ela tem o título provisório, “Procedimentos de Leitura: análise da presença dos descritores que compõem o tópico I da matriz de referência de língua portuguesa no livro didático”, começa a se desenhar em 2013, quando vivenciamos os dilemas, encontros, desencontros, erros e acertos de uma escola pública municipal localizada na cidade de Alagoinhas-BA. Desta forma, surgiram inquietações com algumas questões presenciadas na metodologia escolar, durante a participação como monitora de ensino na área de Letramento e Matemática do Projeto Florescer, idealizado pela Prefeitura Municipal de Alagoinhas, o qual objetivava preparar crianças para adquirir habilidades e competências leitoras. Isto porque, segundo a equipe pedagógica, mesmo elas estando no 5º ano (antiga 4º série), não tinham capacidade para realizar uma avaliação que mensurasse a capacidade de a/o aluna/o ler, decodificar e interpretar diferentes gêneros textuais. Então, as anotações iniciais surgiram, após, a observação do processo de apropriação, tanto linguística, quanto dos eventos de letramento que ocorriam naquele espaço. Um espaço que se preparava para realizar uma avaliação que objetiva avaliar a educação, não por quantidade de conteúdo, mas, por indicadores que, se bem aplicados formarão uma sociedade letrada.

Em vista disso, o ensino da Língua Portuguesa, segundo diretrizes do Ministério da Educação, deve voltar-se para a função social da língua como requisito básico para que o indivíduo ingresse no mundo letrado como ser participante e atuante. Com o objetivo de avaliar se os estudantes da rede pública de ensino estão habilitados para leitura relacionada a situações concretas, foi criada a Prova Brasil, composta por uma Matriz de Referência que visa avaliar se os estudantes são leitores proficientes. Essa Matriz de Referência de Língua Portuguesa é composta de seis Tópicos com seus respectivos Descritores, a saber: Tópico I (05 descritores); Tópico II (02 descritores); Tópico III (1 descritor); Tópico IV (04 descritores); Tópico V (02 descritores); Tópico VI (01 descritor). Portanto, o principal objetivo dessa pesquisa é verificar se o LDL apresenta condições para que o leitor possa localizar informações explícitas e inferir as implícitas em um texto. Trazendo esse objetivo para o laboratório de editoração, surge a necessidade de saber se os textos editados nos livros didáticos impactam na aquisição dessas habilidades de leitura.

Nesse sentido, surge a seguinte problemática: é possível identificar no livro didático de língua portuguesa a presença dos descritores avaliados na prova Brasil, mais precisamente os descritores que compõem o Tópico I da sua matriz curricular? Esse questionamento se desdobra em outro: se houver a presença, de que forma eles se estruturam no LDLP?

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a prova é, uma alternativa para avaliar a qualidade do ensino prestado nas escolas,

possibilitando que cada unidade escolar receba o resultado global, contribuindo para que a educação avance em números significativos, melhorando a qualidade educacional prestada em cada município.

1. A história da educação brasileira: traços e marcas na educação atual

Em meio ao processo de aculturação vivenciado pelos brasileiros desde o seu pseudo descobrimento, a população deste continente latino-americano vive na sombra do que é legitimamente seu. Isso, de certa maneira, contribui para que, valorizem-se mais o que é do outro, do que é tipicamente pertencente aos cidadãos brasileiros. A ideia que se tem é que, a melhor educação sempre será a americana, e, portanto, são com base nela que se devem executar as práticas pedagógicas.

Porém, somos produtos do meio, os estudantes tem vida que ultrapassam os muros da escola, muitos são sujeitos vítimas de um sistema que exclui aquilo que ele entende de mundo. Todavia, nem tudo é culpa do docente, impera nos países colonizados a identidade social, ideológica, religiosa, cultural dos seus colonizadores. Mignolo (2010), afirma que, a colonialidade do poder tem agido desde a construção da modernidade sob prisma europeu, no sentido de criar diferenças e, utilizá-las como justificativa para a inferiorização, colonialização e subalternização de povos e culturas, como no caso dos índios, negros, judeus, otomanos, etc.

E isso se aplica a educação desta pátria nada gentil, o sistema brasileiro educacional se sustenta nos moldes da educação vinda de Portugal, baseada nos modelos de catequização por meio da igreja católica, tais portugueses que, ao chegar nesse solo, impuseram a doutrinação como forma de dominação. Mas, engana-se quem pensa que essa dominação foi tranquila, o primeiro passo para se apropriar do solo, do povo e suas riquezas, foi por meio da linguagem, pois é, por meio dela que o homem se constitui como sujeito (AGAMBEN, 2005), e esse direito foi negado aos indígenas, pois, a linguagem é uma das primeiras formas de domínio, é por meio dela que se retoma a história, por meio da língua se exprimem a liberdade do sujeito, ela provoca ruptura, faz do sujeito da experiência um artista capaz de romper com aquilo que foi imposto.

O lema era dominar para explorar, e o fato de o Brasil ter sido colônia portuguesa, fez com os que neles habitavam padecessem. Nesse caso, os indígenas que eram considerados pessoas sem alma e sem Deus que apresentavam uma linguagem corporal e oral que diferenciava da dos europeus. Essa discrepância fez com que nesse período, a educação escolar fosse constituída por três fases: predomínio dos jesuítas, que durou cerca de duzentos anos, as da reforma do Marquês de Pombal, e a do período que se deu com a chegada da corte portuguesa trazida por Dom João no ano de 1808 á 1821 (GHIRALDELLI, 2008).

Sendo assim, a igreja católica que segundo Agamben (2009), é o principal instrumento de controle ideológico, designou a missão de educar os selvagens¹ a Companhia de Jesus, coube então, ao Padre Manoel de Nóbrega “[...] educar os mamelucos, órfãos, e filhos dos principais (caciques) da terra [...] além dos filhos dos colonos brancos, dos povoados [...] em regime de externato.” (MATTOS, 1958, p. 84-5). Nesse plano educacional, estava previsto o ensino da escrita e leitura do português, bem como do canto e história europeia.

Portanto, o que ocorreu foi que as crianças, eram as únicas que tinham acesso ao saber, mas não era um saber amplo, elas aprenderam a usar a língua dos seus algozes. Na obra

¹ Termo usado pelos pesquisadores franceses, e os portugueses para se referirem aos indígenas.

infância e história de Agamben (2005), é nos apresentado uma conexão criadora e essencial entre infância, experiência e linguagem, possibilitando entender a noção de infância mostrando, sobretudo, que a infância antes de ser uma etapa cronológica é fundamental para que existam experiências humanas. Mas, qual a relação desse achado com a educação proposta para os indígenas? No modelo proposto, apenas, às crianças tinham acesso a essa educação, pois, a infância é um tipo de “experimentum língua”, devido os limites da linguagem não serem buscados fora da linguagem, na direção de sua referência, mas, em uma experiência de linguagem como tal, na sua pura auto-referencialidade (AGAMBÉN,2005,p.11). Ou seja, é na infância que ocorre o encontro entre a experiência e a linguagem, assim, se torna mais fácil para as crianças aprenderem a língua a qual lhe é exposta, pois, a língua é um sistema de signos que se adquire com a experiência da infância, devido à infância, ser a experiência que transcende a diferença entre língua e fala.

Em meio a essa expansão no ensino, os jesuítas foram expulsos do Brasil e de Portugal, por Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, mais conhecido como Marquês de Pombal. Tal fato encerrou um período na história da educação brasileira, onde o que prevaleceu foi à educação para a elite, deixando para as próximas gerações resquícios de um sistema educacional europeu, voltado para fora da realidade brasileira, alienante e transplantado. Essa expulsão também, conforme cita Romanelli (1999, p. 36) “[...] fragmentou toda a estrutura educacional até então existente, e o que restou continuou com o mesmo apelo à autoridade e a disciplina estreita, concretizados nas varas de marmelo e nas palmatórias de sucupira.”

Portanto, são desses vestígios as quais se alimentam a educação pública, privada e filantrópica brasileira, pois, devido ao transplante cultural e identitário das práticas educativas, herdou mais que conceitos, a sociedade brasileira teve como legado em 1920, um índice de 75% da população em idade escolar analfabeta. E esses problemas herdados desde primórdios da história da educação brasileira, fez emergir a necessidade de averiguar os problemas que agravaram essa crise, além, de obter informações mais amplas sobre a educação no país. Surge em 1990 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com o intuito de fornecer aos gestores dos sistemas de ensino informações que possibilitassem monitorar o processo educacional público.

O SAEB avalia o que os alunos são informados e capazes de fazer em diversos momentos do seu percurso escolar, considerando as condições existentes em cada escola brasileira (BRASIL, 2007, p. 5). Dessa forma, são aplicadas provas à alunas/os do 5º e 9º ano dos anos iniciais e finais e do 3º ano do Ensino Médio, bem como, questionários que tentam investigar os fatores associados ao desenvolvimento escolar em um período bianual. A saber, essa avaliação conta com uma matriz curricular dividida em quatro eixos estruturantes. Sendo assim, a SAEB de certa forma, é um dispositivo que possui a capacidade de orientar, determinar, capturar e modelar a conduta dos professores.

Sendo os livros didáticos manuais que, segundo D’Ávila (2013) eram importados de Portugal para o Brasil no início do século XIX e primórdios do século XX, sendo o principal meio de transplantar a identidade das classes dominantes, pois, segundo Oliveira e colaboradores (1984, p.25-26) [...] o livro didático surge como um veículo adicional a Bíblia, até então o único livro aceito(pelas comunidades) para ser usado nas escolas[...]. Na obra de Deleuze e Guattari(1995), os autores por meio da potência de multiplicação, afirmam que, o livro é um devir de conceitos, portanto, não se deve apresentá-lo como verdade absoluta, uma vez que, o seu conteúdo pode ser contestado, pois ele não é a imagem do mundo.

Hoje, em pleno século XXI os manuais escolares servem como importante forma de movimentar a economia, e o mercado editorial que não se preocupa em saber o público que

irá atingir. Dessa maneira, o livro didático, se tornou um importante difusor das ideologias dominantes que apresenta sempre uma pedagogia modelo. Mas, será que nessa pedagogia modelo se insere aquilo que o governo tenta implantar nas escolas? Provavelmente não, pois, a leitura se constitui como uma maneira do sujeito se sentir parte do mundo, de decifrar os signos, de entender aqueles amontoados de palavras, que formam frases e faz brotar um texto. Para Jouver (2002, p.17), a leitura é antes de tudo um ato concreto, observável, que recorre a faculdades definidas do ser humano, e as escolas, em sua maioria negam que o sujeito seja coadjuvante da sua própria leitura, pois o conhecimento se forma, a partir de encontros, encontros entre o homem e o saber.

2. O método

Na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), intitulada de Rizoma, eles apresentam uma nova estratégia metodológica que tem como característica principal não ter começo nem fim, pois, ele não começa e não se conclui, encontra sempre no meio, entre as coisas. Portanto, o rizoma é um modelo de realizações dos acontecimentos, onde se apresenta como potencialidades, sendo desenvolvidas por meio das multiplicidades.

Sendo assim, Gilles Deleuze e Félix Guattari, afirma que, o livro deve ser uma máquina de guerra, amor e revolução, ele deve, no entanto, incomodar, ou seja, os livros rizomas nunca são livros raízes, eles nunca se fecham, conectam, anulam o início e o fim, portanto, a lei do livro é a reflexão. Assim, ele não pode ser caracterizado como decalque de conceitos, nem de reprodução, é suscetível a mudanças, podendo ser desmontado, modificado, ajustável, uma vez que, tem infinitas entradas e saídas.

Este método é importante, pois ele é uma multiplicidade, e não dicotômico. Esse conceito apresentado faz-nos compreender que nada é estruturado, uma vez que, o método rizomático, faz uma dura crítica ao estruturalismo, que diferentemente do método rizomático, vê os sistemas estruturados, encadeados, onde o sujeito não apresenta essência, pois, tudo são signos. Assim, esse método se torna insuficiente para que se analise a demanda que os estudos da leitura requerem.

Desse modo, é de suma importância que se faça essa revisão teórica, devido a Crítica Cultural não vislumbrar ser uma ciência burguesa, ao contrário, o objetivo dessa ciência é de se atrelar a uma tradição de “crítica” (Crítica Social, Teoria Crítica) que se diferencia do trabalho puramente teórico e especulativo, que tem marcado a ciência tradicional. Portanto, o método de trabalho a qual será utilizado nessa pesquisa, é um método rizomático, pois, ele permitirá pensar o livro didático como um mapa, ou seja, busca-se situar os elementos históricos e sociais que compõem o livro didático, pois, o rizoma possibilita um ato de experimentação ao tempo que, não apresenta estruturas, podendo ser desmontado a qualquer momento.

Abaixo, segue um modelo do mapa a qual se pretende analisar:

- ❖ Identificar quem somos e quais marcas sociais habita no subconsciente das pesquisadoras.
- ❖ Criar um roteiro de estudos em busca de argumentos, referência, metodologias.
- ❖ Levantamento da bibliografia para fazer o estudo documental.
- ❖ Buscar saber qual o público que faz a avaliação da Prova Brasil
- ❖ Traçar uma linha metodológica, e não deixar ser conduzidas pelas intempéries.
- ❖ Deixar o caminho livre para novas descobertas e múltiplos olhares.

Considerações...

Queremos reiterar aqui, a importância de olhar para trás, o início de tudo e perceber que, apesar do avanço das décadas, mas, a sociedade brasileira continua com 75% da sua população analfabeta, dessa vez, é um analfabetismo diferente, pois, a população sabe ler, mas não decodificam o que estão lendo. No entanto, ao longo desses anos, algumas ações foram tomadas com o intuito de sanar esse problema. A prova Brasil é uma das alternativas para esse grande dilema, a qual a sociedade brasileira está submersa. Porém, além de fazer uma avaliação, é importante que forme leitores, e esse é um dos papéis da escola, que antes de tudo, precisa formar sujeitos críticos, que não se conformem com o que a sociedade acha dos negros e desfavorecidos, afinal, esses se constituem como sendo, 98% do público da escola pública brasileira. Como bem afirma Souza (2017), a elite quer que pensemos que não somos capazes nem merecedores de termos uma vida melhor.

Porém, o ideal e o aceitável tem se perdido, os manuais escolares, que são heranças do modo de educar católico, pois, se ensinava a ler escrever usando a bíblia, são carregados de ideologias e marcas sociais. Os livros didáticos de hoje, tem sido o grande apoio dos professores, eles servem como fonte de pesquisas, aplicação de atividades e até mesmo é a única fonte consultada pelos alunos. Logo, eles têm um poder fundamental na sala de aula. A pergunta que se faz ao termino desse texto é, será que os manuais escolares têm capacidade metodológica de serem os protagonistas na sala de aula? A resposta, quem dar é os resultados das avaliações realizadas pelo MEC.

É importante analisar os manuais didáticos, pois, eles são a fonte a qual bebem os alunos e, os textos que contem nele, é em muitos casos o único contato que o estudante tem com o texto literário, todavia, o que se busca aqui, com as questões de pesquisa apresentadas, é saber se realmente o LDLP, apresenta condições de fazer com que o estudante localize informações, saiba inferir o sentido de um texto, para que, diminua o índice de analfabetismo funcional no Brasil. É importante que se tenha um olhar mais critico acerca das mazelas educacionais da sociedade brasileira, é preciso ser mais, mais observadores, mais donos dos nossos sonhos. Não podemos viver em estruturas pré-estabelecidas, somos as vozes que ecoam liberdade, afinal, somos sujeitos contemporâneos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

BRASIL, MEC. **Prova Brasil (Avaliação do Rendimento Escolar)**: Ensino fundamental/matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, INEP, 2007.

CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. **Leitura literária na escola**: desafios e perspectivas do leitor. Salvador: EDUNEB, 2012

D'Ávila, Cristina Maria. **Decifra-me ou te devorarei**: o que pode o professor frente ao livro didático? 2.ed.Salvador: EDUFBA,2013

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, **Introdução: Rizoma**. In: *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, pp. 7 – 37.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3 .ed. São Paulo: Cortez, 2008

VICENT, Jouve. **A leitura**. São Paulo: Unesp,2001

MATTOS, L. A. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 22. Ed. Petrópolis: Vozes, 199

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017